

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## *Newen mapuche: análise da tensão entre cultura escrita e oralidade na sociedade mapuche do período colonial a conquista do wallmapu*

Lucas de Lucas Samuel

Programa de Pós-graduação em História – UFRGS

Contato: lucas.de.lucas.samuel@gmail.com

Neste texto, pretende-se apresentar de maneira preliminar o impacto da cultura escrita na sociedade mapuche, especialmente a escriturização do idioma dessa população. Nesse sentido, a proposta consiste em entender a *razão gráfica*<sup>1</sup> que ocasiona a “dominação” do pensamento da sociedade mapuche, através da transliteração da língua falada à sua redução gramatical, a partir do contato, primeiramente da colonização espanhola na região do *wallmapu*<sup>2</sup>, e em um segundo momento no processo de formação e consolidação dos estados nacionais chileno e argentino. Por conseguinte, a problematização que se instaura é: a partir da tensão entre a oralidade/vocalidade presente na cultura ancestral mapuche e o domínio da cultura escrita, observar os impactos que o cruzo desses saberes tiveram sobre essa população originária.

Acredita-se que a partir de um estudo mais aprofundado sobre a cultura linguística de populações historicamente subalternizadas, podemos colocar elas em destaque, como personagens ativos<sup>3</sup> de sua própria história. Em um contexto de opressão e busca intensa

---

<sup>1</sup> Segundo Neumann (2007), a expressão “razão gráfica” foi cunhada por Jack Goody, antropólogo inglês, com trabalho de campo na África o qual dedicou atenção aos efeitos produzidos pela introdução da escrita alfabética em sociedades tradicionais. A escrita é considerada uma ferramenta para o desenvolvimento do intelecto, uma experiência de caráter individual que transforma os processos cognitivos, determinando a “domesticação do pensamento selvagem” (NEUMANN, 2007, p. 60).

<sup>2</sup> De acordo com o historiador mapuche Pablo Marimán Quemado, *wallmapu* significa território ou país mapuche, “este país cuenta con una división natural provocada pela cordillera de los Andes o *Füxa Mawiza*, creando dos espacios diferenciados geograficamente: el Puelmapu (oriente) y el Gulumapu (occidente)” (MARIMÁN, 2006, p. 54).

<sup>3</sup> Maria Cristina dos Santos & Guilherme Galhegos Felipe fazem relevantes críticas a utilização do conceito de protagonismo e agência para se referir as ações de populações indígenas ao avanço da colonização: “A nosso ver, o pesquisador deve ter cuidado [...] ao priorizar um enfoque que se destaque o indígena em si, com a pretensão de elevá-lo à categoria de protagonista só por ter estado ou atuado em códigos ocidentais, incorre-se no equívoco de transformar os índios em sujeitos anulados pela homogeneização contextual [...] Com isso, mantém-se uma análise presa à tradição vitimizadora dos povos nativos, que acaba por criar um discurso de condescendência e tutela ideológica [...] Pretende-se chamar atenção aqui para o fato de que muitas vezes o protagonismo indígena pode estar registrado em situações menos emblemáticas, desde o ponto vista ocidental [...]” (SANTOS & FELIPPE, 2016, p. 32)

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

da conquista física e cultural das populações indígenas, expor mecanismos e estratégias utilizadas por populações originárias para manter a sua etnicidade, leva a uma compreensão mais abrangente da pluralidade presente nas nações latino-americanas, sobretudo, a partir de uma construção decolonial sobre os processos históricos analisados. Compreendemos, portanto, que os elementos que eram assimilados pelos povos originários não eram um sinal de fraqueza, mas sim – segundo o historiador Mathew Restall – que o empréstimo de elementos culturais hispânicos pelos nativos não construiu uma perda ou declínio da cultura indígena, mas sim uma demonstração de adaptabilidade e vitalidade (RESTALL, 2003, p. 216), o que na nossa proposta toma forma sobre a cultura escrita assimilada pela sociedade mapuche.

Retificamos que a pesquisa está em andamento, fazendo parte da dissertação de mestrado que estamos desenvolvendo pelo Programa de Pós-Graduação da UFRGS, portanto, a análise da temática apresentada ainda se encontra em estado inicial, porém acreditamos que com embasamento teórico e epistemológico propício para apresentação de algumas discussões referentes ao tema.

A justificativa para realização de tal trabalho, é demonstrar que os processos de tensões de saberes entre a cultura europeia e a cultura mapuche - representados nesse trabalho, pela a escrita e a oralidade – levaram a um maior entendimento e vocalidade<sup>4</sup> realizadas pela população mapuche. Por conseguinte, defender que a utilização desses saberes não se elimina em uma realização simplória, estática e dicotômica, mas pelo contrário, trazem um enriquecimento epistemológico para compreensão das relações obtidas a partir do encontro entre a cultura europeia e a indígena, que resultarão no que Gruzinski (2007) denomina como a constituição de um *pensamiento mestizo*.

### **Os estudos indígenas e a especificidade do caso mapuche.**

Os estudos etnohistóricos, tornaram-se uma importante metodologia de pesquisa de história indígena nas últimas décadas, contando com o suporte científico de antropólogos, historiadores, linguistas e arqueólogos. No interim do campo de estudos,

---

<sup>4</sup> Paul Zumthor, ao analisar a cultura europeia na Idade Média, propõe a utilização do termo “vocalidade”, ao invés de oralidade, devido a historicidade da voz, atuando como a única forma dos textos entre os não leitores durante o período. O autor irá destacar as relações entre a voz e a memória como fontes de saber, pois acreditava que a memória vocalizada seguirá existindo como o mecanismo mais eficaz para tais objetivos (NEUMANN, 2015, p. 59 -60, apud ZUMTHOR, 1993).

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

porém, existe críticas quanto a etnohistória como uma disciplina acadêmica independente. Thiago Cavalcante (2011), argumenta que entende a etnohistória como um método específico, que se utilizava de documentação escrita e tradições orais para estudo das civilizações ágrafas na América, principalmente no período colonial (CAVALCANTE, 2011, p.35). Percebe-se que o melhor termo para se referir ao estudo das sociedades originárias americanas é, ainda, história indígena. Nesse ínterim, a etnohistória figura como uma metodologia relevante para estudar as estruturas dos povos originários.

Nos estudos sobre história indígena no Brasil, destaca-se a figura John Manuel Monteiro (1995) que realiza uma análise sobre a produção da história indígena no Brasil, concentrando-se, sobretudo, na produção da década de oitenta. O autor descreve que os estudos realizados no período trazem uma vertente essencialmente calcada nos aparatos sócio jurídicos da política indigenista, reduzindo o índio ao papel de vítima dos encontros coloniais, como um ser imóvel, estático em meio aos aportes e aspectos legais. No entanto, encontram-se também vertentes que abordam os indígenas nos processos coloniais, os entendendo como sujeitos históricos (MONTEIRO, 1995, p. 221-228). Por consequência, tendo a finalidade de tirar o índio da subjugação colonial e buscar colocá-lo ao papel de sujeito ativo nos processos de colonização, os historiadores procurarão investigar os processos de reconfigurações identitárias e vivências das sociedades indígenas, abandonando conceitos e noções históricas de aculturação, genocídio e etnocídio (PAIVA, 2009, p. 2).

É nesse momento que iniciamos a utilização e discussão do conceito de etnogênese<sup>5</sup>, ou seja, um processo de reconfiguração cultural e identitária dos indivíduos ou de uma comunidade perante processos endógenos e exógenos a eles. Nesse ponto que estabelecemos o caso mapuche como um exemplo de etnogênese em populações originárias. O antropólogo e historiador Guillaume Boccara (1999), irá defender que a etnia mapuche é resultado de um longo processo de comunidades que viviam na região centro sul do Chile (ao qual ele denomina de povos reche), que ao terem contato com a empresa colonial espanhola sofrem alterações de âmbitos econômicos, sociais e

---

<sup>5</sup> Para uma discussão mais aprofundada sobre o termo etnogênese, sugere-se ver: BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. Revista Mana, v. 12, n. 1, 2006, pp. 39-68; HILL, Jonathan (Org). History, power and indentity. Iowa: University of Iowa Press, 1996; ZAMBRANO, Carlos Vladimir. Mito y etnicidad entre los Yanaconas del macizo colombiano. Mitológicas, n. XV, 2000, pp. 19-36.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

políticos<sup>6</sup>. Levando a se reinventar quanto a sua própria identidade, a partir da segunda metade do século XVIII.

A tese de Boccara é bastante difundida não só na historiografia referente a população mapuche, mas em todos os estudos etnográficos de populações indígenas. Porém existem algumas críticas quanto a sua perspectiva. Primeiramente, Boccara se apropriou do conceito de aculturação, proposto por Nathan Watchel (WATCHEL, 1976, p. 116), que mesmo com a tentativa de procurar se livrar da superioridade europeia na relação fronteiriça hispano-mapuche, ainda mantém uma relação de forças assimétricas, fator que não acredito ser o ideal para o caso mapuche<sup>7</sup>. O historiador José Manuel Zavala Cepeda (2011), prefere não se apropriar desse conceito e propõe a utilização do termo “transferências culturais”<sup>8</sup>. Para o autor, o termo se desprende de uma relação de força estabelecida entre aqueles que intercambiam para obter bens do outro com a finalidade de autoafirmação<sup>9</sup>. Acredito ser importante frisar esses conceitos, pois auxilia no entendimento das relações que envolvem a cultura escrita e oral entre os europeus e os mapuche.

Acreditamos que seja necessário apresentar a perspectiva de historiadores mapuches que contestam esse processo de etnogênese – que é amplamente aceito e difundido na academia – pois para eles existia um compartilhamento cultural anterior ao processo da colonização. Se os mapuche não se definiam dessa forma, compartilhavam

---

<sup>6</sup> Segundo Boccara (1999): “Tanto al nivel subjetivo de las formas de definición identitaria como al nivel objetivo de las estructuras materiales (económicas y políticas). Por lo tanto, la etnogénesis mapuche se traduce por el surgimiento de una nueva entidad sociocultural cuya estructura social e identidad poco tienen que ver con las de los grupos de su origen (los reche centrales)”. (BOCCARA, 1999, p.425).

<sup>7</sup> Segundo o autor: “Na situação propriamente colonial, os membros da sociedade dominada experimentam a intervenção estrangeira como atendendo a sua tradição, e essa pode desencadear determinadas formas de recusa; enquanto que nas fronteiras a aculturação livremente aceita e obedece aos dinamismos internos da sociedade indígena.” (WATCHEL, 1976, p. 116).

<sup>8</sup> Sobre o conceito de transferências culturais, ver: TURGEON, Laurier. De l'acculturation aux transferts culturels. Introduction a TURGEON, Laurier, DELÂGE, Denys e OUELLET, Réal Ouellet (ed.). Transferts culturels et métissages. Amérique/Europe, XVIe -XXe siècle. Québec: Les Presses de l'Université Laval, 1996.

<sup>9</sup> Segundo Zavala (2011): “En un contexto de independencia política y territorial, aunque relativa, como es el caso mapuche, la adopción de elementos culturales españoles no conduce a una pérdida de identidad ni a una subordinación política, sino más bien al contrario, esta “acomodación” cultural contribuye a la afirmación de una identidad y otorga medios de resistencia en la medida que alimenta una relación de intercambio que en lugar de resolver la diferencia, la perpetua. Los mapuches reciben, pero también dan, aceptan la presencia española mientras no ponga en peligro su independencia. Esta situación es bastante diferente de aquella de los indígenas que se encuentran ligados por una relación de trabajo (y no de intercambio) con la sociedad colonial [...]” (ZAVALA, 2011, p.26).

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

elementos culturais que reforçavam a sua identidade e alteridade, muitos deles se vinculavam a pessoa / “che” em mapudungun, com as suas localidades, por exemplo: lafkenche, pessoas que moram no litoral; ou pehuenche, pessoas que moram e comem nos pinhos. Portanto, observa-se que a partir do desconhecimento dos significados linguísticos sobre determinada população indígena, acabam por disseminar teorias que ignora o próprio conhecimento dessas populações sobre elas mesmas e por afastamento do conhecimento ancestral das universidades ainda são predominantes dentro do ambiente acadêmico em relação aos próprios mapuche,

Algunos autores contemporáneos han traducido erróneamente el concepto reche como gente pura o gente verdadera [...] y ante la no existencia de un concepto común para designar al conjunto de la población mapuche pre hispánica, han planteado que su denominación es el de reche, probablemente haciendo relación con período histórico de ‘pureza cultural’, sin influencias externas, situación que tampoco es del todo cierta en la medida que las mutuas influencias con otras poblaciones y culturas es una realidad que ha sido corroborada por diferentes estudios arqueológicos, así como de registros etnohistóricos que evidencian temporanos intercambios e influencias culturales. (MILLALÉN, 2006, p. 33).

## **Debate teórico metodológico sobre a cultura escrita e oralidade:**

Iniciamos nesse momento o debate teórico referente a cultura escrita, sobretudo no processo de encontro entre culturas escritas e ágrafas, fator que nos remete diretamente ao caso mapuche. Compreende-se, neste trabalho, a escrita como uma forma particular de desenvolver linguagens, capaz de inscrever o humano no mundo e de revelar um modo singular de construir o mesmo. Jack Goody vai se utilizar do conceito de *razão gráfica* para determinar que, quando um enunciado se transforma em escrita, ele pode ser examinado detalhadamente, tomado como um todo ou decomposto em elementos, manipulado de toda maneira, extraído ou não de seu contexto. Por conseguinte, o discurso não depende mais da “circunstância”; ele torna-se assim atemporal. Ademais, o discurso não se solidariza unicamente com uma pessoa, não serve apenas a um interlocutor: posto sobre o papel, ele se torna mais abstrato, mais despersonalizado (GOODY, 1985).

Ao contrário, todo conteúdo que não seja referido pela cultura material, se conserva na memória. Porém, por se tratar de uma experiência individualizada, a recordação se dará a partir daquilo que o agente transmissor considera crucial. Em cada geração, a recordação individual mediará a herança cultural de tal modo que as novas gerações terão que se adaptar aos velhos através do processo de interpretação e

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

consequentemente as partes do relato que deixarão de ter importância e serão eliminadas pelo processo de esquecimento (GOODY & WATT, 2003, p.42).

O historiador Eduardo Neumann abordou a utilização e difusão da razão gráfica entre os guaranis nas reduções como uma estratégia dos jesuítas para a conversão ao catolicismo dessa população originária. Porém, observa que ao se apropriarem da escrita, através dos usos estratégicos destinado a alfabetização, os guaranis assumem nova capacidade ante o processo colonizador, “a escrita ‘civiliza’ e, nesse sentido, os índios letrados passam a atuar de forma gradativa na tomada de decisões e na interação com diferentes agentes sociais” (NEUMANN, 2015, p.33). O que observamos é que os últimos estudos apontam para o surgimento do interesse pelo o entendimento da escrita a partir do renascimento em concomitância a exploração do continente americano pelos reinos ibéricos. Consequentemente, surge investigações específicas quanto as modalidades gráficas no contexto castelhano. Antônio Castilho Gómez busca compreender o uso da escrita de grupos subalternizados no Século de Ouro espanhol, a partir da escrita epistolar, procurando entender - devido ao desencadeamento de certos elementos – a necessidade de produzir memórias (CASTILLO GÓMEZ, 2000).

Ao mesmo tempo, acredito ser de profunda importância propor um debate referente a oralidade e seu potencial mantenedor da memória coletiva, em relação ao avanço colonial. Segundo Dora Pellicer:

La oralidade se configura con el conocimiento del código oral vinculado a los principios compartidos de interpretación de los comportamientos sociales. Así concebida, adquiere la función de producir y reproducir la identidad social y de transmitir, mediante expresiones y géneros ritualizados, la sabiduría del sentido común de las sociedades [...] En el nivel del código y su transmisión, lo oral y lo escrito difieren; en el de contenidos culturales, ambos se alimentarían de una misma filosofía social ética y estética. A la luz de estas premisas la oralidade no debería ser desplazada por la escritura ni perder prestigio frente a ella (PELLICER, 1993, p.16).

Portanto, o que observamos é que se torna inegável os avanços obtidos com a utilização da escrita, sobretudo no nível de transmissão. Mas não se pode negar a importância da oralidade na constituição da memória coletiva dessas sociedades. É nas relações de poder e luta que foram submetidas as populações indígenas que percebemos aspectos de reformulação dessas linguagens. O discurso indígena foi permeado, mas não conquistado, a colonização da linguagem e do discurso do/e para o outro, como uma resposta estratégica discursiva da representação da ruptura epistemológica. Por

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

consequente, os indígenas ao serem atores de seus próprios processos darão características únicas a suas discursividade (RENDÓN, 2019, p. 17-18). Portanto a assimilação da razão gráfica indígena em conjunto com a cultura oral, transforma-se em um campo de múltiplas possibilidades de análise que fortalece a compreensão linguística que não só abarca elementos da história indígena, mas das sociedades em geral. Propomos ir mais além, superar a relação dicotômica entre sociedades letradas e ágrafas, pois isso impede o aspecto dinâmico e fluido das categorias de entendimento desenvolvidas por cada uma delas (FERREIRA, 1992, p. 98)<sup>10</sup>.

Elementos da oralidade são vistas como produtos do folclore e da cultura popular, sendo tratadas, portanto, como inferiores em relação à escrita. Entretanto, “é inútil julgar a oralidade de modo negativo, realçando-lhe os traços que contrastam com a escritura. Oralidade não significa analfabetismo, o qual, despojado dos valores próprios da voz e de qualquer função social positiva, é percebido como uma lacuna” (ZUMTHOR, 1997, p. 27). As culturas letradas e orais não somente coexistem, como sofrem profunda interação, gerando inclusive diversas situações e possibilidades. Por conseguinte, a oralidade e a cultura escrita têm sido colocadas uma contra a outra, mas se pode perceber que seguem entrelaçadas na nossa sociedade, então é um erro considerar que elas sejam excludentes entre si (HAVELOCK, 1995, p. 25).

Observamos, conseqüentemente, que o pensamento que nos apropriamos em referência a relevância da oralidade na construção do saber da humanidade, não é apenas presente nas populações indígenas do continente americano. Encontramos igualmente – mantendo as particularidades em cada localidade – em diversas etnias no continente africano, o conhecimento sendo transmitido através da palavra. De acordo com Amadou Hampaté Ba,

O que se encontra por detrás do testemunho, portanto, é o próprio valor do homem que faz o testemunho, o valor da cadeia de transmissão da qual ele faz parte, a fidedignidade das memórias individual e coletiva e o valor atribuído à verdade em uma determinada sociedade. Em suma: a ligação entre o homem e a palavra. E, pois, nas sociedades orais que não apenas a função da memória é

---

<sup>10</sup> Mariana Leal Ferreira, a partir dos seus estudos sobre a escrita e a oralidade com populações do parque do Xingú, tece uma importante crítica quanto o sentido pragmático de razão gráfica proposto por Jack Goody, e o quando o mesmo limita a compreensão dos casos referentes as populações indígenas americanas. Segundo a autora “A escrita pode ou não surgir, se desenvolver ou até desaparecer em certos grupos. Tudo vai depender do uso que fizerem dela, dos significados simbólicos a ela atribuídos pelos membros do grupo social em questão”. (FERREIRA, 1992, p. 110).

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

mais desenvolvida, mas também a ligação entre o homem e a Palavra é mais forte. Lá onde não existe a escrita, o homem está ligado à palavra que profere. Está comprometido por ela. Ele e a palavra, e a palavra encerra um testemunho daquilo que ele é. A própria coesão da sociedade repousa no valor e no respeito pela palavra (HAMPATÉ BA, 2010, p. 168).

Percebemos a crítica à fetichização da escrita pelo Mundo Mundial, desenvolvido sobretudo a partir da modernidade. Esse aspecto está diretamente vinculado ao rompimento epistêmico das sociedades que mantêm seus conhecimentos na palavra falada, configurando-se na cultura escrita também como uma ferramenta para a colonização e epistemicídio desses saberes subalternizados. A oralidade, por conseguinte, não se configura apenas como uma “forma de falar”, é uma maneira de conhecer e uma forma de aproximar-se da experiência do conhecimento. Não podemos percebê-la como uma carência da escritura, não sendo um sistema que se origina através da falta, nem um empecilho para o desenvolvimento epistemológico. A oralidade é um sistema autônomo que gera seus próprios mecanismos de crítica e reflexão (RUFER, 2011, p. 11).

A partir dos elementos expostos anteriormente, propomos realizar a investigação a partir de um olhar decolonial, rompendo o padrão hegemônico eurocêntrico, trazendo ao protagonismo distintas epistemologias para alcançar nosso objetivo. Portanto, se faz necessário cruzar conhecimentos e saberes, naquilo que chamamos de pedagogia da encruzilhada<sup>11</sup>. Conseqüentemente, o nosso objetivo não é ignorar o conhecimento e epistemologia hegemônica, mas propor a utilização de outros saberes, que facilitam a ampliação da percepção da tensão que existe entre a escrita e oralidade no caso mapuche.

## **Proposta de análise da historicidade da tensão entre oralidade e escrita no caso mapuche a partir de fontes historiográficas:**

Sendo a oralidade, um eixo central dentro da sociedade mapuche - mais além do social, estético e lúdico – observamos como um desafio, buscar compreender o porquê de a mesma iniciar o processo de escrita. “Hablar bien”, se torna um fator determinante na posição social que um integrante mapuche necessita ter para tornar-se alguém respeitado

---

<sup>11</sup> “A partir do saber em encruzilhadas, a transgressão da colonização das mentalidades emerge como um ato de libertação, que produz o arrebatamento tanto dos marcados pela condição de subalternidade (colono) quanto dos montados pela condição de exploradores (colonizadores). A prática das encruzilhadas como um ato decolonial não mira a subversão, a mera troca de posições, mas sim a transgressão” (RUFINO, 2019, p. 75).

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

na comunidade. O integrante necessita “levantar los dichos de los antiguos”, ou seja, buscar orientação ancestral para ter potência em suas palavras. Este fator levará orientá-los em dois sentidos: atualiza a origem comum e legitima a fala do orador. Conseqüentemente a legitimação da identidade do povo mapuche está no ato de falar (GOLLUSCIO & RAMOS, 2007, p. 98).

A partir desse parecer inicial, buscamos encontrar fontes que dialoguem com o processo de escrita na sociedade mapuche e toda complexidade que esse caminho requiere. Para compreender o quão notável é o caso mapuche, observamos que no contexto colonial os mapuche tinham poucas necessidades de escrever, devido a seu status de autonomia dentro do contexto colonial, permanecendo independentes até a década de 1880. Somente a partir desse período que iniciaram um vasto corpus textual no mapudungun<sup>12</sup> (DURSTON, 2013, p.446).

Para enfrentar o problema de compreender a cultura escrita, em uma sociedade que se mantém - grande parte da sua história - predominante oral, buscamos traçar uma linha temporal dividida em três momentos históricos e em cada período analisando fontes diferentes: primeiramente entender o verdadeiro alcance que tinham os pactos fronteiriços entre mapuches e hispano-criollos (representado na figura dos Parlamentos); em um segundo momento analisar a cultura epistolar mapuche, expressiva durante o processo de construção nacional do Chile e Argentina; por último, observar o processo de transcrição dos primeiros textos escritos em mapudungun e entender os motivos que levaram a tal ato.

Para atingir os objetivos do primeiro período analisado, buscamos utilizar como fonte as atas dos parlamentos hispanos-mapuche realizadas entre o período de 1593-1803. Os documentos se encontram em uma coletânea realizada por José Manuel Zavala Cepeda (2015). Essa obra foi organizada justamente pela dispersão dos documentos por diversos arquivos, principalmente no Chile, mas também sendo possível encontrar muitas das atas na Espanha. O caso dos parlamentos é um elemento significativo para compreendermos a agência das populações originárias no período colonial e conseqüentemente para

---

<sup>12</sup> A língua mapuche se chama mapudungu ou mapudungun (de mapu ‘terra’ y dungu(n) ‘língua, fala’). Em algumas zonas se encontram outras denominações, por exemplo, mapundungun (onde as pessoas se autodenominam mapunche no lugar de mapuche), *chedungun* ‘el habla de la gente’ e *taiñ dungun* ‘nuestra lengua’. (ZUNIGA, 2007, p. 44).

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

compreendermos o alcance da escrita para a sociedade mapuche no período. Autores como Mario Samaniego e Gertrudis Payás defendem que não houve em outro momento do império espanhol, outro exemplo igual ao dos parlamentos hispano-mapuches, devido a conservação da soberania linguística dos mapuche ante a força oficial espanhola durante tanto tempo (SARMIENTO Y PAYÁS, 2017, p. 36-37). Observamos a partir da ata do Parlamento de Negrete (1793), elementos que demonstram pela escriturização do encontro, a importância do ritualística do encontro e a da vocalidade para os mapuche:

En cuio estado pidio permiso para hablar el Casique Cristiano de la reducción de Sante fee Don Juan de Lebuepillan por virtud de la antigua prerrogativa que sobre esto le compete, y propuso el nombramiento de la Persona que havia de recibir las constestaciones de los quatro Butalmapus; y habiendo recaydo en el por uniformidad de sufragios, recogio los Bastones de todos los Casiques. (Archivo General de Simancas, Fondo Secretaría de Guerra, 6894, exp. 11, fs 1- 43).

Em um segundo momento, se torna necessário observar a utilização da escrita para reivindicar os territórios mapuches acordados nos parlamentos com o governo colonial. A partir do início da construção dos estados nações argentinos e chilenos e o avanço dos mesmo sobre a região do wallmapu, a população mapuche se utiliza da escrita epistolar para reivindicação do seu território ancestral. Incluso, é a partir desse momento que observamos pela primeira vez o surgimento de um sentimento identitário, onde percebemos a população indígena da araucania utilizar o etnônimo mapuche<sup>13</sup>.

Nossa principal fonte nesse período será uma recopilação exaustiva de documentação epistolar do período, realizada por Jorge Pavez Ojeda e intitulado *Cartas Mapuche*. Nesse projeto, observamos desde correspondências do entorno familiar, até as mensagens produzidas nas lutas de resistência pela população mapuche e reconhecimento territorial. De acordo com Rendón (2019):

Las cartas del primer período del siglo (1803-1827) son cordiales, se señalan algunos tratados, los intercambios comerciales, las peticiones de justicia, los acontecimientos del día, mostrando la cotidianidad antes de los sucesos turbulentos [...] paulatinamente el contenido epistolar se adecuía a la situación socio-política y discurso tiene que hacer frente a las situaciones. Así, Chile, requiere la invasión del territorio mapuche que habia mantenido su autonomia durante el virreinato (RENDÓN, 2019, p.106)

---

<sup>13</sup> A palavra *mapuche* não aparece nos documentos trabalhados até praticamente a metade do século XVIII. O termo aparece pela primeira vez na documentação colonial, aproximadamente em 1760 (BOCCARA, 1999).

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Uma exemplificação da potência dessas documentações, são as cartas escritas pelo cacique Juanillo Mañil Bueno, que reivindica, junto ao general Justo José Urquiza, presidente da Confederación Argentina, manter a independência do seu território ante o avanço do estado chileno. Em dado momento, em uma das cartas enviadas a Urquiza, o cacique explicava ao presidente argentino, que o território foi dividido em um tratado feito pelos seus antepassados, que tal tratado dividia a fronteira entre cristãos e populações originárias e utilizava como referência o rio Bio Bio. Tal documento informava inclusive ao presidente que, se ele quisesse confirmar o que estava argumentando o cacique, ele poderia ler o livro de história do Chile<sup>14</sup> (PÁVEZ OJEDA, 2008, p.312).

Por conseguinte, acreditamos que nesse momento iremos encontrar a formação de uma identidade coletiva indígena, além do choque cultural entre elas e a formação dos estados nacionais, sobretudo pela ocupação do território indígena a partir da chamada campanha de “Pacificación de la Araucanía” (1860-1883), no Chile, e da “Conquista del Desierto” (1884-1930), na Argentina. Foram períodos que levaram profundas alterações na sociedade mapuche e buscaremos compreender as adaptações estratégicas de sua luta a partir de sua cultura escrita tensionando com a oralidade.

Se nos dois períodos anteriores, as fontes que pretendemos analisar a escrita dos mapuche se dará em castelhano, ou seja, a assimilação da razão gráfica se dará a partir da língua do colonizador. No período posterior a invasão do wallmapu pelos estados nacionais, ao qual historiadores mapuche chamarão de *situación colonial*<sup>15</sup>, o que se observa é o início de uma larga produção de textos - no final do século XIX e início do XX - em mapudungun. Em uma sociedade, em que a oralidade é elemento fundamental na reconstituição indetitária e social, o que levará os indígenas a realizarem a palavra do mapudungun escrita?

Pela nossa prévia leitura em trabalhos realizados sobre o período<sup>16</sup>, esse fator remete ao progressivo assassinato e desaparecimento da figura do lonko na sociedade

---

<sup>14</sup> O livro que o cacique informa ao general Urquiza para consulta é a obra História do Chile do presbítero José Ignacio Eizaguirre, publicado em 1849.

<sup>15</sup> Marimán (2006, p.125).

<sup>16</sup> Ver: MALVESTITI, Marisa. Nahuelpi: escritos en mapuzungun, presente y memoria del pueblo mapuche en la etapa posterior al *awkan*. Revista Quinto Sol, v. 23, n. 3, set-dez. 2019, pp. 1-18. LÉON, Leonardo. El ocaso de los Lonkos y el caos social em el gulumapu (araucañia), 1880-1925. Cuadernos

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

mapuche, após os conflitos contra os estados nacionais. O lonko era uma relevante autoridade na sociedade mapuche, não só em uma questão política e econômica, mas principalmente social. Para ser um grande lonko era necessário ter o domínio na arte da fala (“hablar bien”), pois era na invocação das tradições e feitos ancestrais que ele passava o conhecimento e renovava seu prestígio ante as novas gerações. A partir do assassinato e do desaparecimento da figura dos lonkos, surge a necessidade de colocar no papel a trajetória e a sabedoria dos mesmos. A partir disso, propomos analisar a compilação de 26 textos escritos e oralizados por mapuche – tanto em castelhano, como em mapudungun – realizado por Roberto Lehmann-Nitsche<sup>17</sup>. Nesses documentos encontramos as biografias de diversos lonkos importantes para sociedade mapuche.

Maria Malvestitti faz uma análise interessante ao estudar os textos produzidos por Nahuelpi, de nome *wingka* Antonio Gonzales, no ano de 1885. O autor é um dos primeiros a produzir documentação autônoma em *mapudungun* e é um dos principais interlocutores que auxiliaram no projeto de documentação de textos em línguas originárias pelo antropólogo Roberto Lehmann-Nitsche entre 1899 e 1926. Segundo Malvestitti,

Nahuelpi describe los espacios patagónicos de su crianza, comenta aspectos de la biografía de su padre y menciona situaciones atravesadas por su familia durante el *awkan*. Sus relatos escritos retoman como personajes emblemáticos *longkos* mapuche de la época como Namuncura o Sayhueque, o algunos menos conocidos, como Paineo o Melinao. Esas narraciones dan cuenta no solo de la vida en el territorio libre, sino de los cambios acaecidos en los primeros años en que el Estado se instaló en la región. Permiten entrever espacios de concentración [...] y disputas internas del pueblo mapuche, y los ubica en un lugar de historicidad [...] Al escribirlos (o dictarlo) y darlo a conocer, Nahuelpi objetiva su cultura y la expone ante el otro cultural que es el antropólogo, a quien explica conceptos y expresiones que les son desconocidas o extrañas. En tal sentido, Nahuelpi se construye como enunciador en la perspectiva de un oralitor, más que desde un productor solitario (MALVESTITTI, 2019, p. 10).

O que se observa no caso analisado pela autora é um exemplo de produção de um integrante do povo mapuche na sua própria língua de origem, o *mapudungun*. Esse documento oferece a versão desse indivíduo sobre a própria história mapuche, sem o intermédio de um interlocutor que tem como base cultural a europeia. A vontade de

---

Interculturales, vol. 6, núm. 11, segundo semestre, 2008, pp. 172-208 Universidad de Playa Ancha Viña del Mar, Chile.

<sup>17</sup> Malvestitti (2012), realiza a organização da compilação dos textos de Lehman-Nitsche. É relevante deixar claro que todos os autores, ditam ao antropólogo e o mesmo transcreve o texto em mapudungun. Na coletânea organizada pela autora portanto temos os textos: na versão em mapudungun, a tradução em alemão – realizada por Lehman-Nietsche – e a tradução em castelhano (realizado por Malvestitti).

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

Nahuelpi de transmitir esses conhecimentos talvez tenha sido devido a suas vivências nos espaços urbanos, o que provavelmente tenho acelerado seu processo de transferências culturais. A partir disso, senti a necessidade da própria transmissão da sua memória individual pela língua do seu povo de origem. Consequentemente, temos novamente a possibilidade de analisar a tensão entre a oralidade e escrita no contexto mapuche, a partir das especificidades históricas que se apresentam: nesse último caso, as histórias de pessoas que perdem suas referências de memórias coletivas (lonkos) e sentem necessidade de manter a história de seu povo de alguma forma, encontrando na escriturarização do mapudungun a alternativa que possibilita a vocalidade.

## **Considerações finais:**

A proposta do trabalho apresentado consiste em uma amostra parcial da pesquisa que está sendo desenvolvida sobre a temática referida anteriormente. Traçar a historicidade da tensão entre oralidade e cultura escrita, apresenta-se como um desafio instigante, com diversos elementos que pulsam a partir deste cruzo de saberes e epistemologias que se complementam e não se excluem entre si.

Por conseguinte, podemos observar algumas hipóteses sobre o resultado dessa tensão. Primeiramente, observamos que os parlamentos hispano-mapuches estavam inseridos em um contexto onde a hierarquia política entre os hispano-criollos e mapuches, estavam em certo equilíbrio de poder e conseqüentemente autonomia dessas populações originárias, mantendo as suas tradições orais e ritualísticas dentro do contexto de negociação. Portanto, ao perder essa posição de equilíbrio hierárquico, durante a construção dos estados nacionais chilenos e argentinos, procuram se utilizar do mecanismo da escrita em castelhano para reivindicação do direito da terra na região do wallmapu. Até o momento, o que se observa na necessidade de escrever a língua mapudungun é a progressiva perda dos longkos, detentores da potência de “hablar bien” e conseqüentemente guardião dos saberes e memórias coletivas do povo.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

BOCCARA, Guillaume. Etnogénesis mapuche: resistencia y reestructuración entre los indígenas del centro-sur de Chile (siglos XVI-XVIII). **The Hispanic American Historical Review**, v. 79, n. 3, 1999, pp. 425-461.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. Del tratado a la práctica: la escritura epistolar en la Edad Moderna. In: SÁEZ SANCHEZ, Carlos; CASTILLO GÓMEZ, Antonio (Org.). **La correspondencia em la Historia: modelos y prácticas de la escritura epistolar**. Volume I: Actas del Congresso Internacional de la Cultura Escrita. Madri: Calambur, 2000, p. 79 – 107.

CAVALCANTE, Thiago L. V. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. **História - São Paulo**, v.30, n.1, 2011. pp. 349-371.

DURSTON, Alan. Las lenguas indígenas y la historiografía de América Latina. **Alpachis**, Ano XLIV, nº 81-82, 1º e 2º semestres, 2013, pp. 437-468.

FERREIRA, Mariana Leal. Escrita e oralidade no parque indígena do Xingu: inserção na vida social e a percepção dos índios. **Revista de Antropologia**. São Paulo, USP, 1992, v. 35, pp. 91-112.

GOLLUSCIO, Lucía & RAMOS, Ana. El “hablar bien” mapuche em zona de contacto: valor, función poética e interacción social. Buenos Aires. **Revista Signo&Seña**. nº 17. Jul/2007, pp. 91-113.

GOODY, Jack. **La domesticación del pensamiento salvaje**. Torrejón de Ardoz : Akal, 1985.

GOODY, Jack & WATT, Ian. Las consecuencias de la cultura escrita. Jack Goody (Org.). **Cultura Escrita em sociedades tradicionales**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2003.

GRUZINSKI, Serge. **El pensamiento mestizo: cultura ameríndia y civilización del Renacimiento**. Ed: Paidós. Barcelona. 2007.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

HAMPATÉ BA, Amadou. A tradição viva. Joseph Ki-Zerbo (Org.) **História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África**. Brasília: UNESCO, 2010

HAVELOCK, Eric A. La ecuación oral-escrito: una fórmula para la mentalidad moderna. In: OLSON, David R.; TORRANCE, Nancy (Org.). **Cultura escrita y oralidade**. Barcelona: Gedisa, 1995, pp. 25-46.

MALVESTITTI, Marisa. **Mongeleluchi Zungu: los textos araucanos**. Documentados por Robert Lehmann-Nietzsche. Berlin Gebr, Mann Verlag, 2012.

\_\_\_\_\_. Nahuelpi: escritos en mapuzungun, presente y memoria del pueblo mapuche en la etapa posterior al *awkan*. **Revista Quinto Sol**, v. 23, n. 3, set-dez. 2019, pp. 1-18.

MARIMÁN, Pablo Quemenedo. Los mapuches antes de la conquista militar chileno-argentina. Pablo Marimán, Sergio Caniuqueo, José Millalén, Rodrigo Levil (Org.) **Escucha Winka! Cuatro ensayos de Historia Nacional Mapuche y um epílogo sobre el futuro**. Santiago de Chile, LOM, 2006.

MONTEIRO, John Manuel. O desafio da História Indígena no Brasil. In: DA SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI, Luis Donisete (Orgs.). **A temática indígena na escola**. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995, pp. 221-228.

NEUMANN, Eduardo. Escrita e memória indígena nas reduções guaranis: século XVIII. **Revista MÉTIS: história & cultura**, v. 6, n.12, jul./dez. 2007, pp. 45-64.

\_\_\_\_\_. **Letra de índio: cultura escrita, comunicação e memória indígena nas Reduções do Paraguai**. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2015.

PAIVA, Adriano Toledo. Os conceitos de Etnogênese: uma abordagem historiográfica. In: DA MATA, Sérgio Ricardo; MOLLO, Helena Miranda; VARELLA, Flávia Florentino (Orgs.). **Anais... 3º Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história?** Ouro Preto: Edufop, 2009.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

PAVEZ OJEDA, Jorge. **Cartas Mapuche**. Siglo XIX. Santiago de Chile, CoLibris-Ocho Libros, 2008.

PELLICER, Dora. Oralidad y escritura de la literatura indígena: una aproximación histórica. In: MONTEMAYOR, Carlos (Org.). **Situación actual y perspectivas de la literatura indígena**, Conaculta, México, 1993, p. 15-53.

SANTOS, Maria Cristina dos Santos; FELIPPE, Guilherme Galhegos (Orgs). **Protagonismo ameríndio de ontem e hoje**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

RENDÓN, Ana Maria. **La discursividad indígena**: caminhos de la Palabra escrita. Cidade do México : Editora Kumay, 2019.

RESTALL, Matthew. **Sete Mitos da Conquista Espanhola**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RUFER, Mario. La ciência de narrar y el arte de historiar en África: oralidade y memoria épica en La grand geste du Mali, de Wa Kamissoko. **European Review**, Buenos Aires, n. 15, 2011, p. 01-18.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das Encruzilhadas**. Rio de Janeiro. Ed: Mórula, 2019.

SAMANIEGO, Mario Samaniego; PAYÀS, Gertrudis. Traducción y hegemonía: Los parlamentos hispano-mapuches de la frontera araucana. **Atenea (Concepc.)**, n. 516, 2017, pp. 33-48.

WATCHEL, Nathan. “A aculturação”. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). **História: Novos Problemas**. Tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976. p. 113-129.

ZAVALA, José Manuel Cepeda. **Los Mapuche del siglo XVIII**: dinámica interétnica y estrategias de resistencia. Temuco: Ediciones Universidad Católica de Temuco, 2011.

\_\_\_\_\_. **Los parlamentos hispanos-mapuches, 1593-1803**. Textos Fundamentales. Temuco: Ediciones de la Universidad Católica, 2015.

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

ZUMTHOR, Paul. **Introdução à poesia oral**. São Paulo: Hucitec, 1997.

ZUÑIGA, Fernando. **Mapudungun, El habla mapuche**: Introducción a la lengua mapuche. Santiago: Centro de Estudios Públicos, 2006.